

ASOCA - Associação Sol. Soc.

Socorros de Campelos

Anexo

23 de março de 2021

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Custos de Empréstimos Obtidos	13
7	Inventários	13
8	Rédito	14
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12	Outras Informações	15
12.1	Associados	16
12.2	Clientes e Utentes	16
12.3	Diferimentos	16
12.4	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.5	Fundos Patrimoniais	17
12.6	Fornecedores	18
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	18
12.8	Outras Contas a Pagar	18
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.10	Fornecimentos e serviços externos	19
12.11	Outros rendimentos	19
12.12	Outros gastos	20
12.13	Resultados Financeiros	20
12.14	Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

A ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública com estatutos publicados no Diário da República n.º 301, Série III de 28/12/1983, com sede em Rua do Mercado, Nº 22, Campelos. Tem por objetivo principal a proteção Social e de Saúde da população através de equipamentos e serviços de ação social e de saúde, designadamente para o apoio a idosos, doentes, jovens e crianças:

- Complementarmente, a Associação propõe-se socorrer e transportar, feridos, doentes e outras carenciadas, através de equipamentos e estruturas de socorrismo;
- A Associação poderá ainda promover ações de carácter cultural e recreativo;
- O âmbito da ação da Associação abrange a freguesia de Campelos e lugares limítrofes. Podendo o mesmo ser extensível a todo o território nacional mediante um pedido expresso emitido pelos órgãos competentes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

7
A
L
S
S

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Depreciações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	1.409.542,39	293.364,08	0,00	0,00	0,00	1.702.906,47
Equipamento básico	272.524,81	15.258,95	0,00	0,00	0,00	287.783,76
Equipamento de transporte	279.886,86	67.454,49	0,00	0,00	0,00	347.341,35
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	59.356,68	1.023,73	0,00	0,00	0,00	60.380,41
Outros Ativos fixos tangíveis	50.133,83	0,00	0,00	0,00	0,00	50.133,83
Obras em curso	240.074,85	0,00	240.074,85	0,00	0,00	0,00
Total	2.334.169,42	377.101,25	240.074,85	0,00	0,00	2.471.195,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	586.033,81	0,00	0,00	0,00	38.567,21	624.601,02
Equipamento básico	299.385,44	0,00	0,00	0,00	6.087,39	305.472,83
Equipamento de transporte	210.534,44	0,00	0,00	0,00	31.723,48	242.257,92
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	54.389,02	0,00	0,00	0,00	1.426,73	55.815,75
Outros Ativos fixos tangíveis	46.811,87	0,00	0,00	0,00	850,21	47.662,08
Total	1.197.154,58	0,00	0,00	0,00	78.655,02	1.275.809,60

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Abate	Depreciações		
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	0,00	22.650,00	
Edifícios e outras construções	823.508,60	293.364,08	0,00	38.567,21	1.078.305,47	
Equipamento básico	8.743,67	15.258,95	0,00	6.087,39	17.915,23	
Equipamento de transporte	33.748,12	67.454,49	0,00	31.723,48	69.479,13	
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Equipamento administrativo	4.967,65	1.023,73	0,00	1.426,73	4.564,65	
Outros Ativos fixos tangíveis	3.321,96	0,00	0,00	850,21	2.471,75	
Obras em curso	240.074,85	0,00	240.074,85	0,00	0,00	
Total	1.137.014,85	377.101,25	240.074,85	78.655,02	1.195.386,23	

No ano de 2019, as obras de ampliação do Lar finalizaram. As mesmas tiveram um investimento de 258.862,93 € na totalidade. Foram investidos 34.501,15 € durante o presente ano na melhoria das instalações existentes. Nomeadamente a nível de pintura e requalificação de interiores e exteriores, aplicação de "Placsell" no revestimento de paredes e substituição de portas.

Foram investidos 67.454,49 € em equipamento de transporte na aquisição de duas viaturas. (Peugeot – 25.800,54 € e Fiat Ducato – 41.653,95 €, sendo a viatura Fiat um donativo para a Asoca).

Foram investidos 15.258,95 € em equipamentos como camas articuladas, cacifos em inox e canapés samba em pinho.

Nas restantes rubricas as aquisições de equipamentos efetuadas foram apenas as necessárias ao desenvolvimento da atividade.

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Depreciações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	1.702.906,47	11.092,75	0,00	0,00	0,00	1.713.999,22
Equipamento básico	287.783,76	48.194,90	0,00	0,00	0,00	335.978,66
Equipamento de transporte	347.341,35	5.000,00	3.300,00	0,00	0,00	349.041,35
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	60.380,41	1.033,20	0,00	0,00	0,00	61.413,61
Outros Ativos fixos tangíveis	50.133,83	8.327,24	0,00	0,00	0,00	58.461,07
Total	2.471.195,82	73.648,09	3.300,00	0,00	0,00	2.541.543,91
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	624.601,02	0,00	0,00	0,00	38.789,06	663.390,09
Equipamento básico	305.472,83	0,00	0,00	0,00	12.546,70	318.019,53
Equipamento de transporte	242.257,92	0,00	3.300,00	0,00	30.543,04	269.500,95
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	55.815,75	0,00	0,00	0,00	1.720,33	57.536,08
Outros Ativos fixos tangíveis	47.662,08	0,00	0,00	0,00	2.288,22	49.950,30
Total	1.275.809,60	0,00	3.300,00	0,00	85.887,35	1.358.396,94

Descrição	2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Abate	Depreciações	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais	22.650,00	0,00	0,00	0,00	22.650,00
Edifícios e outras construções	1.078.305,47	11.092,75	0,00	38.789,06	1.050.609,16
Equipamento básico	17.915,23	48.194,90	0,00	12.546,70	53.563,43
Equipamento de transporte	69.479,13	5.000,00	0,00	30.543,04	43.936,09
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	4.564,65	1.033,20	0,00	1.720,33	3.877,52
Outros Ativos fixos tangíveis	2.471,75	8.327,24	0,00	2.288,22	8.510,77
Total	1.195.386,23	73.648,09	0,00	85.887,35	1.183.146,97

No ano de 2020, foram investidos 11.092,75 € na melhoria das instalações existentes, nomeadamente no revestimento das paredes da cozinha e obras de reparação no centro de convívio e sede.

Foram investidos 48.194,90 € em equipamentos básicos, nomeadamente mobiliário para os utentes, máquinas de lavar e secar roupa e sistema fotovoltaico.

Em equipamentos de transporte foi adquirido uma viatura usada. (Citroen Berlingo – 5.000,00 €). Tendo sido alienado a viatura Peugeot Partner (85-25-SH)

Nas restantes rubricas as aquisições de equipamentos efetuadas foram apenas as necessárias ao desenvolvimento da atividade. De realçar a oferta da Rubis, para cumprimento do contrato, de uma máquina de secar roupa no valor de 7.125,00 €.

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	31.792,87	0,00	31.792,87	21.531,81	0,00	21.531,81
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	31.792,87	0,00	31.792,87	21.531,81	0,00	21.531,81

O valor em dívida de 31.792,87 € é referente aos empréstimos bancários para aquisição das viaturas, 00-UM-15, 78-XG-58 e fornecimento e instalação dos painéis fotovoltaicos, com valor em dívida de 1.044,24 €, 9.122,76 € e 21.625,87 €, respetivamente.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	20.419,28	0,00	0,00	20.905,02	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.516,02	108.798,69	990,62	8.036,06	103.293,55	0,00	7.996,20
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	9.516,02	129.217,97	990,62	8.036,06	124.198,57	0,00	7.996,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				129.707,31			124.238,43
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas - 71	22.821,65	24.025,06
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores - 721	514.883,81	520.411,06
Quotas e joias - 722	5.073,00	5.661,00
Comparticipação de Utentes - 727	1.508,40	2.553,60
Transporte de Doentes - 729	149.954,24	169.435,58
Juros - 791	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	694.241,10	722.086,30

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
029/CEI+/18 - 75131 - IEFP		6.704,85
002/ET/19 - 75131 - IEFP	2.605,68	3.908,52
007/EI/19 - 75131 - IEFP	9.684,60	4.113,28
04/EAEE/20 - 751331 - IEFP	2.538,04	
ISS, IP - CENTRO DISTRITAL - 751	364.441,64	372.826,83
Covid 19 - Apoio Município de Torres Vedras	10.000,00	
Total	389.269,96	387.553,48

No subsídio do governo existe a candidatura emprego apoiado mercado aberto referência 04/EAEE/20. Este valor de 2.538,04 € foi diferido o proveito para 2020, mas o valor apenas foi recebido em 2021.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2020 e 2019, foram, respectivamente 19 e 19.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 50 e em 31/12/2019 foi de 53.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais – 631	2.497,32	6.600,00
Remunerações ao pessoal – 632	564.239,88	534.458,64
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações - 634	2.664,18	843,59
Encargos sobre as Remunerações - 635	122.574,39	116.221,96
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais - 636	6.165,81	7.144,70
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal - 638	3.595,60	2.827,23
Total	701.737,18	668.096,12

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Associados

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Associados – 2611	4.432,92	4.320,12
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	4.432,92	4.320,12
Passivo		
Associados - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes – 2111	22.520,39	23.994,83
Utentes – 2117	8.717,26	6.684,04
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes - 21178	12.214,39	12.214,39
Total	43.452,04	42.893,26

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros - 2811	8.385,14	6.978,37
Total	8.385,14	6.978,37
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rendimentos - 2821	11.604,00	1.500,00
Total	11.604,00	1.500,00

Na rubrica gastos a reconhecer inclui os prémios de seguros pagos em 2020, referentes ao ano de 2021. Na Rubrica rendimentos a reconhecer inclui os proveitos anuais dos diferimentos dos proveitos referente ao novo contrato com a Rubis, contrato com início em 2020 e término em 2024, temos um diferimento de 5.904,00 € mais 5.700,00 €, de comparticipação da Rubis acrescido do secador de roupa de 24 kg respetivamente.

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa - 11	784,86	697,95
Depósitos à ordem - 12	123.063,00	106.415,37
Depósitos a prazo - 13	14.000,00	2.500,00
Outros		
Total	137.847,86	109.613,32

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos - 51	122.123,23	0,00	0,00	122.123,23
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas - 55	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
Resultados transitados - 56	574.546,60	38.288,42	0,00	612.835,02
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais - 59	496.877,47	0,00	30.589,24	466.288,23
Total	1.199.547,30	38.288,42	30.589,24	1.207.246,48

A conta Resultados Transitados apresenta um aumento de valor em 38.288,42 € em virtude do resultado líquido positivo do ano de 2019.

A conta outras variações nos fundos patrimoniais apresenta uma diminuição no valor total de 30.589,24€, referente ao diferimento dos subsídios, construção inicial do Lar no valor de 14.234,16 €, QREN no valor de 5.091,59 €, doação viatura matrícula 99-NV-61 no valor de 850,00 € e doação da viatura matrícula 43-ZP-68 no valor de 10.413,49 €.

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c – 221	25.659,45	24.656,38
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	25.659,45	24.656,38

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Retenções na Fonte sobre juros recebidos - 241	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – 243	765,06	6.398,72
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	765,06	6.398,72
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) - 242	2.752,00	1.999,73
Segurança Social – 245	14.474,47	13.841,20
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	17.226,47	15.840,93

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar – 231	0,00	7,82	0,00	-174,94
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos - 271	0,00	697,76	0,00	1.280,64
Credores por acréscimo de gastos - 272	0,00	92.207,91	0,00	87.327,31
Outros credores - 278	0,00	860,28	0,00	1.298,58
Total	0,00	93.773,77	0,00	89.731,59

Na rubrica outros credores inclui o valor dos fundos de compensação no montante de 114,36 €, fundo de reestruturação do setor solidário no valor de 736,57 € e valor das penhoras dos funcionários de 9,35€.

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos - 751	389.269,96	387.553,48
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	389.269,96	387.553,48

No valor dos subsídios do Estado recebidos em 2020, inclui um apoio no montante de 10.000,00 € atribuído pela Câmara de Torres Vedras para ajudar no combate à Covid 19.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados – 622	68.141,73	76.637,68
Materiais - 623	15.249,69	22.607,30
Energia e fluidos - 624	72.468,56	103.315,62
Deslocações, estadas e transportes - 625	473,25	2.031,79
Serviços diversos - 626	42.637,77	35.262,84
Encargos com Utentes - 627	7.269,12	10.528,97
Total	206.240,12	250.384,20

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares 781 (Vodafone)	4.207,06	3.883,44
Descontos de pronto pagamento obtidos - 782	1.319,09	969,08
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros - 7871	600,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos - 788	48.180,39	52.537,38
Total	54.306,54	57.389,90

Na rubrica outros rendimentos e ganhos inclui a imputação de subsídios ao investimento (PIDAC, QREN, Proveito doação das viaturas), donativos, proveito máquina de café, comparticipação aquisição caldeiras (Rubis).

12.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos 681	231,73	102,61
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos – 688	392,00	817,47
Total	623,73	920,08

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados – 691	816,71	787,44
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento – 698	182,25	191,09
Total	998,96	978,53
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-998,96	-978,53

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela direção a 26 de março de 2021.

Campelos, 26 de março de 2021

O Contabilista Certificado

A Direcção



MICHEL ANTARES LOPES DAMASCOS

Dez. Leonor do

João Manuel de Freitas



ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 500976279
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.160.496,97	1.172.736,24
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros (FCT)		5.101,66	3.969,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes/Propriedades de Investimento	5	22.650,00	22.650,00
		1.188.248,63	1.199.356,07
Activo corrente			
Inventários	7	7.996,20	8.036,06
Créditos a receber	12.2	43.452,04	42.893,26
Estado e outros entes públicos	12.7	765,06	6.398,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.3	8.385,14	6.978,37
Outros ativos correntes	12.1	18.699,93	15.416,35
Caixa e depósitos bancários	12.4	137.847,86	109.613,32
		217.146,23	189.336,08
Total do ativo		1.405.394,86	1.388.692,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	122.123,23	122.123,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	12.5	6.000,00	6.000,00
Resultados transitados	12.5	612.835,02	574.546,60
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	466.288,23	496.877,47
		1.207.246,48	1.199.547,30
Resultado líquido do período		18.091,82	38.288,42
Total dos fundos patrimoniais		1.225.338,30	1.237.835,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	25.659,45	24.656,38
Estado e outros entes públicos	12.7	17.226,47	15.840,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	31.792,87	21.531,81
Diferimentos	12.3	11.604,00	1.500,00
Outros passivos correntes	12.8	93.773,77	87.327,31
		180.056,56	150.856,43
Total do passivo		180.056,56	150.856,43
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.405.394,86	1.388.692,15

A Direcção

O responsável

[Handwritten signature]
 MICHEL ANTONIO LOPES DOMINGOS
 Rui Leonardo
 Paulo Manuel de Freitas

[Handwritten signature]

ASOCA - Associação Sol. Soc. Socorros de Campelos
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 500976279

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	694.241,10	722.086,30
Subsídios, doações e legados à exploração	9; 12.9	389.269,96	387.553,48
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	124.238,43	129.707,31
Fornecimentos e serviços externos	12.10	206.240,12	250.384,20
Gastos com o pessoal	10	701.737,18	668.096,12
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	12.11	54.306,54	57.389,90
Outros gastos	12.12	623,73	920,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104.978,14	117.921,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	85.887,36	78.655,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.090,78	39.266,95
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.13	998,96	978,53
Resultados antes de impostos		18.091,82	38.288,42
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		18.091,82	38.288,42

Ata nº1 de 2021

- Ao Vigésimo Nono dia do mês de Abril de dois mil e vinte e um, reuniu na Sede da ASOCA - Associação de Solidariedade Social e de Irmãos de Carreiros, o Conselho Fiscal com a presença dos seus membros, Presidente José Augusto Santos e vogais Abelinda Manuel Rodrigues Ramos e Acácia Gomes Anímes, para nos termos dos estatutos aprovar o Relatório de Gestão e Contas do exercício de dois mil e vinte desta associação.

- Foram apresentados os documentos pela Direção e distribuídos em suporte de papel.

- Depois de analisadas as contas, com os esclarecimentos prestados pela Direção e pela Contabilista, deliberou-se emitir o parecer favorável às contas do exercício de dois mil e vinte, ano da pandemia Covid 19.

- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e levantou-se a próxima ata que vai ser devidamente assinada pelos presentes.

José Augusto Santos

Abelinda Manuel Rodrigues Ramos

Abelinda

ACTAS

Ata nº 109

----- Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se na sede da ASOCA - Associação de Solidariedade Social e de Socorros de Campelos, uma Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior; -----
- 2 – Aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2020 e do parecer do Conselho Fiscal; -----
- 3 – Outros assuntos de interesse para a Instituição. -----

----- A mesa da Assembleia foi constituída pelo seu presidente, José Francisco Damas Antunes, pelo primeiro-secretário, Alcino Eduardo Matias e pelo segundo-secretário, Amílcar António Sousa Machado. -----

----- Estiveram presentes, os associados constantes na lista de presenças, que fica apensa a este documento como anexo I. -----

----- Iniciaram-se os trabalhos com a leitura da Ata da Assembleia anterior que foi submetida para aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Relativamente ao ponto dois da ordem de trabalhos, foram distribuídos em suporte de papel o relatório de contas de dois mil e vinte para apreciação. Por indicação do Presidente da Direção foi dada a palavra à Contabilista Certificada, Paula Clemente, que apresentou as contas. De seguida tomou a palavra Paulo Gomes que esclareceu a Assembleia na parte que se refere aos Recursos Humanos e secção de transporte de doentes. No que diz respeito aos utentes, tomou a palavra Helena Amiguinho. O Presidente da Direção acrescentou que o ano de dois mil e vinte foi um ano difícil devido à pandemia e referiu também a existência do surto na instituição, já neste ano de dois mil e vinte e um, que estiveram infetados praticamente todos os utentes e uma grande parte dos recursos humanos. Depois de apresentados os esclarecimentos necessários e após a sua discussão (Relatório de Contas do exercício de dois mil e vinte), foi lido também o parecer do Conselho Fiscal. o Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à votação dos sócios os documentos, tendo sido aprovado por unanimidade. Ainda referente a este ponto, o Presidente da Mesa da Assembleia enalteceu os resultados apresentados pela Direção, equipa técnica e todos os funcionários, face às dificuldades vividas provocadas pela pandemia, e mesmo assim ter-se fechado o ano com um bom resultado positivo, palavras reforçadas pelo Presidente da Direção, destacando que é na união que se faz a força. Agradecendo a todos, que proporcionaram o melhor possível aos utentes nesta fase. -----

----- Relativamente ao ponto três, outros assuntos de interesse para a instituição, tomou a palavra o Presidente da Direção, que referiu as melhorias que estão a efetuar nas instalações do Lar de Santo António,

nomeadamente o fecho do telheiro de trás, para espaço polivalente, bem como as melhorias no piso por forma a criar um espaço de atividades físicas e socioculturais. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminada a Assembleia Geral, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada nos termos legais. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia 

O Primeiro Secretário Alcino Matos

O Segundo Secretário António S. Almeida